

Infância e Gênero no Currículo da Formação em Pedagogia: avanços e retrocessos¹*Infancia y Género en el Currículo de Formación en Pedagogía: avances y retrocesos**Childhood and Gender in the Pedagogy Training Curriculum: advances and setbacks***Maria Izabel Alves dos Reis**

Resumo: Este artigo versa sobre infância e gênero na formação de professores/as do curso de Pedagogia, objetivando compreender o lugar ocupado por eles nos currículos de formação. É uma investigação teórica do tipo bibliográfica e documental. As fontes documentais foram as Matrizes Curriculares dos Cursos de formação em Pedagogia, as Normativas, Resoluções sobre formação de professores. Os resultados apontam que as Matrizes Curriculares dos Cursos analisados da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual do Pará trazem contribuições no campo da infância, mas invisibilizam nas disciplinas e ementas conhecimentos sobre gênero; não existem disciplinas obrigatórias com a temática de gênero, mas são ofertadas nas eletivas. Concluímos necessária a incorporação da temática gênero nas Matrizes Curriculares nos Cursos de Pedagogia.

Palavras Chave: Educação Infantil. Currículo. Formação de Professores. Gênero; Infância.

Resumen: Este artículo trata sobre la infancia y el género en la formación de profesores de la carrera de Pedagogía, con el objetivo de comprender el lugar que ocupan en los currículos de formación. Es una investigación teórica de tipo bibliográfico y documental. Las fuentes documentales fueron las Matrices Curriculares de los Cursos de Formación en Pedagogía, los Reglamentos, Resoluciones sobre formación docente. Los resultados indican que las Matrices Curriculares de los cursos analizados de la Universidad Federal de Pará y de la Universidad Estadual de Pará aportan contribuciones en el campo de la infancia, pero invisibilizan los conocimientos sobre género en las disciplinas y programas; No hay asignaturas obligatorias con temática de género, pero se ofrecen en las optativas. Concluimos que es necesario incorporar la temática de género en las Matrices Curriculares en los Cursos de Pedagogía.

Palabras Claves: Educación Infantil. Plan de estudios. Formación de profesores. Género. Infancia.

Abstract: This article deals with childhood and gender in the training of teachers of the Pedagogy course, aiming to understand the place occupied by them in the training curricula. It is a theoretical investigation of the bibliographical and documental type. The documentary sources were the Curricular Matrices of the Pedagogy Training Courses, the Regulations, Resolutions on teacher training. The results indicate that the Curriculum Matrices of the analyzed courses at the Federal University of Pará and the State University of Pará bring contributions in the field of childhood, but make knowledge about gender invisible in the disciplines and syllabi; There are no mandatory gender-themed subjects, but they are offered in the electives. We conclude that it is necessary to incorporate the gender theme in the Curriculum Matrices in Pedagogy Courses.

Keywords: Early Childhood Education. Curriculum. Teacher training. Gender. Infancy.

¹ Artigo elaborado para a obtenção do título de Especialista em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEM/IFCH/UFPA, sob orientação da Profa. Dra. Adriane Lima. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

Maria Izabel Alves dos Reis – Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará - UFPA (2015). Diretora da Faculdade de Educação (2017-2019). Coordenadora do Parfor (2017-2018). Coordenadora do Curso de Especialização em Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (2020-2021) Doutora em Educação na Linha de Pesquisa em Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação - ICED da Universidade Federal do Pará - UFPA (2014). E-mail: mariaalvesreis37@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de uma incursão teórica sobre o tema *infância e gênero na formação professoras/es no curso de Pedagogia com o foco na educação infantil*. O tema emergiu de uma angústia sobre o processo de formação das crianças nas instituições infantis onde o desenvolvimento das identidades, subjetividades ainda encontram vozes em visões sexistas da sociedade patriarcal, heteronormativa, sendo uma necessidade refletir sobre as práticas educativas, ao mesmo tempo, questionar o processo de formação de professoras/as que atuam com crianças pequenas.

Foi pensando na lacuna de estudos sobre gênero na minha formação inicial que emergiram os seguintes questionamentos: como as questões de gênero são debatidas nas disciplinas formativas da educação infantil? Quais concepções de gênero e infância estão presentes no currículo e/ou eixos formativos da educação infantil? quais as contribuições do curso de Pedagogia para o debate de gênero? Os objetivos são: identificar como as questões de gênero são debatidas nas disciplinas formativas da Educação infantil; analisar as concepções de gênero e infância estão presentes no currículo e/ou eixos formativos da educação infantil e compreender as contribuições do curso de Pedagogia para o debate de gênero nas Matrizes Curriculares do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Pará (UEPA).

Ao abordar sobre o gênero na educação infantil, considero relevante registrar que a história do magistério se consolidou como uma carreira feminina, principalmente na educação infantil e nos iniciais do ensino fundamental. A feminização do magistério nesses níveis de ensino perpassa pela construção social e cultural da figura materna, onde o cuidado, o educar de meninos e meninas nessa faixa etária é considerado papel exclusivo das mulheres, corroborando com uma visão sexista, colonialista e estigmatizando por sua vez, o trabalho no magistério por homem na educação de crianças pequenas (SILVA, 2021). Dessa maneira, são relevantes os debates e discussões que problematizam as relações de gênero na formação de professores/as, a fim de garantir espaços que deem conta de práticas emancipadoras que se contrapõe aos paradigmas androcêntricos e autoritários que vigoram na sociedade brasileira.

Pensar a formação problematizando infância e gênero, significa romper com o pensamento cartesiano, dualista, sexista, machista, colonial, presentes nos paradigmas educacionais do pensamento tradicional que atravessam as concepções de currículo e formação, ao mesmo tempo, ir de encontro aos debates conservadores das Igrejas, Partidos e outros segmentos da sociedade brasileira, por meio da invenção do termo “ideologia de gênero”² um debate denso e polêmico entre os que condenam a formação de meninos e meninas visando a consciência e ao direito de seu corpo no mundo (BONFANTI, GOMES 2017).

Ao restringir a formação em um binarismo homem e mulher, reafirma-se uma visão reducionista, determinista e universal das relações estabelecidas entre eles e da própria construção identitária. É centralizado a figura do homem nas relações de poder em todos os âmbitos da sociedade e, assim, essa educação formal vai de certo modo persistindo a subalternidade da mulher em todos os campos de atuação socio-educacional. Todavia, a educação não serve somente para a manutenção

² Ressaltamos que esse termo não existe nos debates teóricos. Aparece pela primeira vez em um dos artigos da ala conservadora da igreja católica, na década de 1970, sendo apropriada pela onda política ultraconservadora, mas sem nenhum aprofundamento teórico e/ou metodológico. Resume-se a um jargão para desviar e se contrapor aos debates e estudos teóricos sobre sexualidade e gênero que vem sendo construído (BONFANTI; GOMES, 2017).

do *status quo*, mas assume a desafiadora tarefa de transformar alunos/as em indivíduos, críticos e emancipados (FREIRE, 1987).

Compreendo que a produção do conhecimento científico sobre o masculino e o feminino é fruto de um pensamento cartesiano estruturado na absolutização de verdades, centrado em um determinismo biológico, nascido sob o domínio colonial, do homem branco, burguês e europeu, determinando através de seus atravessamentos a estrutura social, econômica e política das relações estabelecidas na sociedade (NARVAZ; KOLLER 2006), daí a emergência em romper com essa maneira de conceber homens e mulheres pelo viés teórico-metodológica do feminismo.

O Feminismo como um Movimento de Luta, metodologia e categoria de análise, permite outras perspectivas de abordagens nas pesquisas, desvelando as dinâmicas sociais presentes no cerne da relação homem e mulher e os efeitos, que produzem os discursos misóginos, classistas, racistas, patriarcais, heterossexistas, latentes nas produções acadêmicas. As *metodologias feministas* ou *epistemologias feministas* consideram o conhecimento plural, pois abarcam diferentes concepções acerca das relações do feminino e do masculino nas sociedades com caráter multidisciplinar. De acordo com Narvaz e Koller (*idem*): “A ciência, na perspectiva das epistemologias feministas, tem gênero, havendo diferentes maneiras de produzir conhecimento. Homens e mulheres fazem ciência de formas diferenciadas”.

Corroboro com as autoras supracitadas de que a produção do conhecimento na perspectiva das epistemologias e metodologias feministas é sempre situacional, ou seja, ensejam fatores sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos e por serem assim, questionam a neutralidade e objetividade do conhecimento indicando o envolvimento das pesquisadoras e pesquisadores nos discursos, por existir um engajamento e comprometimento social na produção do conhecimento sob a égide do feminismo (*ibidem*). No campo da produção do conhecimento, as teorias feministas são consideradas instrumentos de mudança social, pois o conhecimento não é especulativo, mas sobretudo propositivo, cujo princípio está não apenas em desvelar as relações de poder e opressão, mas na busca da igualdade entre homens e mulheres, abolindo todas as formas de discriminações existentes.

Este artigo perpassa por uma metodologia do campo dos estudos feministas, de acordo os pressupostos de uma concepção crítica de conhecimento orientado não de um olhar especulativo ou contemplativo, mas questionador e transformador sobre a realidade. Os procedimentos da coleta de informações para se entender o tema “Infância e Gênero” no primeiro momento foi a realização de um estudo bibliográfico para se conhecer melhor as categorias *infância* e *gênero* e as subcategorias currículo e formação. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa documental sobre os quais foram selecionados: as *Resoluções para a Formação de Professores*; as *Diretrizes Nacionais para Educação Infantil*, a *Base Nacional Comum Curricular*, e então os *Projetos Pedagógicos Curriculares* dos cursos de Pedagogia da Universidade Estadual do Pará (oferecido a nível de Licenciatura) e da Universidade Federal do Pará (oferecido a nível de Licenciatura e Bacharelado).

A escolha dessas instituições deu-se pela mesma serem consideradas referências no ensino superior público no Estado do Pará na formação de licenciados em Pedagogia, curso este que forma professores/as para atuação na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). As Matrizes Curriculares analisadas foram as que estiveram em vigor até o ano de 2021 e que contribuíram com a formação de muitos egressos do Curso de Pedagogia.

Os procedimentos de análise dos documentos seguiram o método de *análise de conteúdo*. Para Bardin (1986) a análise de conteúdo é uma técnica para o campo de análise de textos como forma de expressão do sujeito, buscando categorizar as unidades constitutivas dos textos, palavras ou frases em um determinado contexto. Esse procedimento serviu para elucidar tanto as estruturas, como os elementos dos conteúdos subjacentes às informações, tendo como categorias principais: infância e gênero.

A organização do artigo encontra-se dividido nas seguintes seções: *Infância e Gênero: o entrelaçamento do Currículo na Educação Infantil* — aborda a discussão sobre as categorias infância e gênero e o entrelaçamento com o currículo na educação infantil. *Educação Infantil, Formação e Currículo: um debate de gênero necessário* — nesta seção o foco de são os documentos norteadores da formação dos professores e professoras e o currículo para a educação infantil e a questão de gênero. Por fim, *É Urgente Falar de Gênero nos Currículos de Formação* — apresenta a análise das Matrizes Curriculares do Curso de Pedagogia das Universidades pesquisadas.

1. Infância e Gênero: o entrelaçamento do currículo na Educação Infantil

Historicizar a infância e gênero é primordial para a compreensão destas categorias de análises que ganharam visibilidade nas produções teóricas em décadas aproximadas (1960/70/80). Resgatar um pouco da história destas categorias é relevante para a compreensão de como e onde elas se entrelaçam no currículo da Educação Infantil.

A compreensão da infância como uma construção social determinada por múltiplos contextos e atravessadas por questões de raça, etnia, classe, gênero, pluraliza o termo, para “infâncias”, por se tratar não apenas de uma, mas diversas, corroborando com Beltrão e Assis, quando afirmam que:

A infância é construto social manejado por diferentes sociedades para produzir identidade geracional do período inicial de vida. Trata-se de categoria apreendida de forma relacional com a categoria adulto, ambas indicando representações socioculturais e vivências que emergem com características identitárias próprias em contextos históricos específicos (BELTRÃO; ASSIS 2011, p.153).

Esse pensamento rompe com a visão biologizante da criança, considerada do ponto de vista do desenvolvimento físico e universal, passando a considerá-la conforme as suas condições concretas de existência nas diversas sociedades, marcadas por processos culturais, sociais, econômicas, históricos, etnia, raça, sexualidades, etc. Desse modo, “É preciso considerar a infância como uma condição da criança (KUHLMANN, 2010, p.30).

A criança passou e passa por um processo de generificação e universalidade que acarreta a assunção de um corpo heteronormatizado em conformidade, com o sistema patriarcal, cujo resultado é a subalternização dos corpos femininos e masculinos. Esse processo de generificação e universalidade considera a criança um ser “passivo de práticas sociais, culturais, educacionais, políticas” (PRETTO; LAGO, 2013, p. 57), sendo assim, necessária a desconstrução e a mudança desse pensamento para o reconhecimento da criança de sujeitos/as de direitos nas suas singularidades e identidades.

Assim como a infância, “gênero” como categoria na produção do pensamento feminista é compreendido como uma construção social determinada por diversos contextos (SCOTT, 1995), e



tem em vista repensar e superar a visão reducionista de homens e mulheres na sociedade patriarcal, sexista. Implica rever conceitos e comportamentos nos papéis de homens e mulheres na sociedade, questionando as relações assimétricas, de opressões postas em determinados grupos sociais. Demarca uma nova forma de pensar o feminino e o masculino na sociedade “uma maneira de indicar as ‘construções sociais’: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e mulheres” (*idem*, p. 07).

O enfoque dado por Scott (*ibidem*) vem contribuir para maiores reflexões teóricas e práticas sociais sobre a questão do gênero, constituindo-se importante subsídio para a desnaturalização e problematização das relações homens e mulheres, enriquecendo os níveis de interpretação e análise deste campo de conhecimento sobre o masculino e o feminino.

Os debates em torno da infância e gênero na educação infantil, se coloca como necessária à medida que pode possibilitar a mudança para uma educação igualitária, que respeite a criança na construção de sua identidade, além da desconstrução de práticas sexistas, isso significa a incorporação de práticas educativas que levem a conscientização das desigualdades de gênero desde a primeira infância e para tal é necessário incorporar nesse debate, discussões sobre os currículos de formação de professores/as e os currículos escolares.

O currículo concebido como um conjunto de vivências e práticas sociais no processo de ensino e aprendizagem de alunos/as e professores/as, se constituindo como “núcleo do processo institucionalizado de educação” (SILVA, 1996, p. 179–180), o “nexo íntimo e estreito entre educação e identidade social, entre escolarização e subjetividade” (*idem*). Como prática social, o currículo implica necessariamente em escolhas em que determinados conteúdos, saberes, experiências são selecionados e outros excluídos; por isso, implica em uma relação de poder e disputa, emergindo a necessidade de problematizá-lo no campo das relações sociais de gênero, pois as diferenças entre homens e mulheres foram e ainda são produzidas em contextos históricos, culturais e sociais nas diferentes sociedades, portanto, não são naturais, e sim, construídas a partir das interações sociais (SCOTT, 1990).

É relevante refletir que o currículo vai além da mera transmissão de conteúdos, saberes, conhecimentos, é através dele que os significados sociais, culturais, morais são construídos e também desconstruídos, a favor ou contra a manutenção do status quo da sociedade. Mais que um instrumento, o currículo escolar passa a ser visto como uma ferramenta de controle social, na qual a seleção dos conteúdos é realizada por grupos de pessoas que possuem ideologias que passam a orientar as escolhas do conhecimento a ser transmitidos por professores/as.

Diante disso, é necessário que a formação de professores/as consagre a infância e a criança como sujeitos/as em processo de formação, inconclusos (FREIRE, 1987), onde as instituições infantis possam ser “[...] um espaço livre de coerção, um cotidiano em cuja dinâmica as crianças possam se manifestar em toda sua inteireza: sentimentos, pensamento, intuição, múltiplos sentidos” (OSTETTO, 2017, p. 56). Essa inteireza significa a possibilidade das crianças experienciarem suas infâncias com liberdade, no diálogo com as outras crianças, com as diferenças e se percebendo como ser em processo de construção e desenvolvimento.

Desde pequenos/as, meninos e meninas são expostos a um mundo cujo discurso heteronormativo aparece como um modelo inquestionável e as instituições infantis reproduzem esse discurso com maestria. A dualidade do mundo, entre o masculino e o feminino, comporta segmentações e modelos de educação desigual entre meninos e meninas, reforçando um conjunto de práticas

sexistas, patriarcal. No entanto, é necessário salientar que as crianças também criam modos de resistências e transgressões a esses modelos, mesmo que muitas das vezes elas sejam excluídas, estigmatizada dentro desses espaços (OSTETTO, 2017).

Nesse sentido, as questões sobre infância e gênero devem subsidiar os debates no currículo da educação infantil, uma vez que as instituições infantis são os primeiros locais de socialização de bebês e crianças pequenas³ em um espaço formal de educação. Esse espaço é regulado, controlado e normatizado, sobretudo com relação aos corpos de meninos e meninas. Tanto a regulação, quanto o controle e a norma, diz respeito a organização do tempo e espaço na educação infantil. De acordo com Finco (2010) existe uma disciplina heteronormativa que separa e segregava meninos e meninas através das organizações de filas, chamadas por cores (azul e rosa), organização das brincadeiras, brinquedos e outras situações que envolvem os artefatos simbólicos que visibilizam e reforçam os estereótipos de gênero nas instituições infantis, fomentando e naturalizando as desigualdades entre meninos e meninas.

Autoras como Louro (2014), apontam que as instituições escolares suprimem as questões de identidades, sexualidade do currículo e das práticas docentes, negando os saberes, conhecimentos e experiências de alunos/as. Na realidade, existe uma normatização dos comportamentos e quando se aborda a questão da sexualidade, a preocupação está mais na reprodução e disciplinarização dos corpos. No entanto, é preciso considerar, que as crianças também transgridem as normas quando em momentos de interações e brincadeiras: “o que é de menino e de menina” se diluem no contexto da brincadeira; assim, o espaço ocupado deixa de ser *deste* ou *daquele* gênero e se transforma em lugar de todas/os” (MORRETTI, SILVA, 2011, p. 51).

As brincadeiras e interações são os eixos estruturantes da educação infantil (DCNEI 2009; BNCC 2017), considerados elementos que potencializam o desenvolvimento e as aprendizagens das crianças. São nos momentos de interações e brincadeiras que as crianças expressam suas vivências, desenvolvem a imaginação, a linguagem, afetividade, podendo produzir ou reproduzir com as outras/os modelos de comportamentos sociais pré-estabelecidos, daí a necessidade de formação de professores/as que lhes possibilite mediar essas relações nas instituições escolares (MORRETTI, SILVA, 2011).

2. Educação Infantil, Formação e Currículo: um debate de gênero necessário

Nos últimos anos no Brasil tem se enfrentado uma verdadeira cruzada com relação a temas como *gênero* e *sexualidade* nas escolas. Existe um embate antagônico no campo político, educacional, ideológico, religioso por grupos ligados a setores conservadores e progressistas. O primeiro buscando a retirada de todas as discussões sobre gênero nas escolas, e o segundo lutando pelos direitos humanos na garantia de que todos/as sejam respeitados/as nas suas identidades.

Considerando a escola como um dos principais espaços de socialização para crianças, jovens e adultos, é importante observar que, para alcançar os ideais democráticos e de direito, é necessário incluir a discussão sobre diversidade sexual, utilizando os termos *bebê*, *crianças bem pequenas* e *crianças pequenas* para designar a faixa etária de atendimento na educação infantil (BNCC, 2017).

Ainda que o tema *gênero* esteja presente no dia a dia escolar, a retirada destes temas do Projeto Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tira a legitimidade

³ Se utiliza os termos bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas para designar a faixa etária de atendimento na educação infantil (BNCC, 2017).



do tema, entretanto isso não significa que professores/as não possam abordá-los, tendo em conta que fazem parte das demandas dos próprios estudantes (SOARES; MONTEIRO, 2019).

Compreender a formação de professores/as, o currículo e o debate de gênero na educação infantil, é relevante para a desconstrução de uma educação sexista, patriarcal que necessita ser debatida grandemente no processo de formação inicial, uma vez que é nesse momento que se abre a possibilidade da construção de uma Pedagogia que considere a diversidade, a diferença e o combate à todas as formas de preconceitos, discriminações e opressões problematizando os valores adulto-cêntricos que subalternam as vozes infantis.

Santos (2020), ao pesquisar as produções de Teses e Dissertações (1996-2015) sobre a interface entre gênero, infância e educação infantil nas produções brasileiras, revela que, no processo de socialização das crianças desde a educação infantil, prevalece a existência de uma pedagogia de gênero que ocorre por meios de práticas e rituais no cotidiano das instituições infantis, com implicações na construção das identidades de meninos e meninas. As práticas se manifestam através de artefatos culturais, como livros, brinquedos, utensílios e simbólicos:

A pedagogia de gênero imposta nas instituições de Educação Infantil às crianças também é constituída por toda uma visualidade composta por murais nas salas de aulas, geralmente identificados pelas cores azul ou verde, para os meninos, e com as cores rosa ou vermelho, para as meninas. (SANTOS, 2020, p. 10)

Ao se pensar a tríade infância, gênero e currículo é necessário situar a educação emancipadora e colocar os/as sujeitos no centro do processo de ensino e aprendizagem, isso significa a desconstrução das relações patriarcais e sexistas existentes na formação de homens e mulheres desde a primeira infância, por ser neste período que a construção das identidades vai se operando através das vivências e dos processos formativos que se dão nas instituições escolares e na sociedade de maneira geral. Portanto, as instituições responsáveis pela formação inicial de professores/as atuantes na educação infantil têm responsabilidades e podem colaborar nas mudanças de uma nova mentalidade sobre essas questões.

A partir dessas considerações é necessário analisar os documentos oficiais sobre a formação inicial do Pedagogo e como é situada a questão de gênero. Antes é preciso resgatar o lugar da criança na Legislação brasileira e foi a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA/1990) que ela passa a ser concebida como sujeito/a de direitos. Essa perspectiva provocou modificações não apenas na forma de ver e tratar a criança, mas também na forma como de concebê-la integralmente nos aspectos físico, cognitivo, afetivo, social, cultural, histórico. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/1996) insere a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica e elege o cuidar e o educar como processos indissociáveis da educação das crianças.

Com a LDEB/96 foram aprovadas as Resoluções que passaram a regulamentar os cursos de Formação dos professores/as, servindo como orientação para as Matrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia e outras Licenciaturas nas Universidades: a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 — Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, essa resolução vai subsidiar a Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009 — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Em 2015, aprovação da Resolução n.º 2, de 1º de julho de

2015, foi substituída pela Resolução n.º 02, de 20 de dezembro de 2019, esta última em consonância com a Base Nacional Comum Curricular aprovada em 2017 — BNCC (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

Sobre a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 — Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, no Art. 04 trata da formação inicial dos professores/as, não somente à docência para o ensino fundamental (1º ao 5º ano), mas incluindo a formação para a docência na educação infantil permitindo a abrangência de conteúdos acerca da infância e crianças, indicando articulação teórico-prática da docência na Educação Infantil e ensino fundamental, visibilizando a identidade de cada uma.

No inciso II do Art. 04 enfatiza que as atividades na educação infantil devem “compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social” (*idem*, p. 02), ou seja, a formação dos professores/as para atuarem na educação infantil deve abarcar todos os aspectos do desenvolvimento da criança. No inciso X a Resolução/2006 orienta que as atividades devem contribuir com a formação para a diversidade em uma concepção inclusiva, humanizadora, transformadora em uma perspectiva interseccional: “X - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras” (BRASIL, 2006, p. 02).

A formação para a diversidade implica pensar uma educação interseccional, onde as questões de raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, atravessam os saberes dos sujeitos envolvidos no cotidiano das Universidades e instituições escolares. A formação para a diversidade, deve ser um princípio interdisciplinar na organização das Matrizes Curriculares dos cursos de formação em Pedagogia e de todas as licenciaturas. O curso de Pedagogia precisa considerar o tema da diversidade na formação dos sujeitos no sentido, tanto de abarcar uma consciência crítica e crie possibilidades de mudanças nas práticas pedagógicas de professores/as. Para Castro (2015):

[...] a formação docente no Ensino Superior (e também aquelas que se realizam nas chamadas práticas de formação continuada) adquire um importante papel. Não como aquela que vai instrumentalizar ou preparar as/os futuras/os docentes, dando-lhes respostas seguras a serem aplicadas nas práticas pedagógicas, mas como possibilidade de que pensem a si próprias/os, percebam de que modos estão subjetivadas/os por discursos que conduzem suas condutas, em relações de saber-poder (CASTRO, 2015, p. 13).

Em 05 de 17 de dezembro de 2009 entra em vigor a Resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIS), que serviu como orientadora das propostas pedagógicas das instituições infantis; tendo sido considerada um marco regulatório avançado em diversos aspectos, dentre eles, na concepção educação baseada nos princípios da teoria histórico-cultural concebendo a criança como um sujeito histórico-social e de direitos orientando que as propostas das instituições infantil cumpram as funções sociopolíticas e pedagógicas (Art. 07, 2009).

De acordo com o Inciso V (*idem*)

“[há] novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompi-

mento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa” (BRASIL, 2009, p.02).

Os avanços que a Resolução 05/2009 traz para a questão da formação para a diversidade, pautada em uma educação que possibilite a interseccionalidade, situa o gênero como categoria importante na formação da criança na educação infantil. Segundo os estudos de Louro (2014), a questão de gênero e docência se tornou um ponto relevante para se pensar a formação em um duplo movimento: dos professores/as que precisam de formação para lidar com as diferentes construções de identidades na formação de bebês e crianças pequenas, sendo um desafio, uma vez que a sociedade ainda se encontra arraigada em concepções biologizante, cultural e religiosa do papel de homens e mulheres.

Em 2015 foi aprovada a Resolução n° 2, de 1° de julho de 2015, que *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada)*. No correr de todo o texto, há a preocupação de tratar a formação de professores/as articulada com os debates da diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, equidade, religião, faixa geracional, educação especial, mostrando a preocupação dos legisladores sobre uma formação baseada na concepção de emancipação (BRASIL, 2015). A exemplo de 2006, pode ser considerada um avanço no processo da inclusão de temas ligados a diversidade na formação de professores/as.

No entanto, em 2019 é aprovada a Resolução CNE/CP n.º 2, substituindo a de 2015, ou seja, a Resolução n.º02 de julho de 2015 nem teve o tempo para as modificações nos currículos de formação e já teve morte decretada, e com ela toda e qualquer manifestação das questões de gênero foi retirada da Resolução 02/2019. Essa retirada tem a ver com as disputas no seio da sociedade da “ideologia de gênero”, “escola sem partido” cujas premissas ensejam a formação de sujeitos alienados da sua realidade, da pluralidade e diversidade que representam.

A Resolução 02 de 2019 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) está *pari passu* da BNCC/2017, pois foi a partir das discussões na construção do documento orientador da Base Nacional Comum Curricular que se buscou retirar o tema gênero do currículo escolar e depois da formação de professores.

Esse debate ficou conhecido como **Ideologia de Gênero** nas escolas, termo criado sem nenhuma fundamentação teórica, mas como função ideológica conservadora. De acordo com Silva (2000), durante o processo de construção da BNCC na primeira e segunda versão do texto, o tema *gênero* perpassava de forma explícita e transversal. No entanto, promulgada, foi totalmente excluído na terceira versão do documento.

Os estudos de Miskolci e Campana (2017) sobre a ideologia de gênero salientam que este tema emergiu dentro da Igreja Católica a partir dos textos de Joseph Aloisius Ratzinger, então Cardeal do Vaticano no ano de 1997, que tratava da questão do feminismo e o direito sexuais e reprodutivos. Essa Carta foi uma reação à Conferência Mundial de Beijing, realizada no México em 1995, cujo evento

“caracterizou-se por substituir o termo “mulher” [...] pelo conceito de gênero [...] reconheceu que a desigualdade da mulher é um problema estrutu-

ral e só pode ser abordada de uma perspectiva integral de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 727).

A partir de então, passou-se a questionar a ideologia de gênero nos setores conservadores da sociedade, igrejas evangélicas e partidos de direita, tendo um grande impacto nas formulações das políticas educacionais, como foi o caso do Brasil em 2017 quando da formulação da BNCC e 2019 nas Diretrizes de formação. Assim, volta-se o currículo para a formação de professores/as o modelo técnico-prescritivo, cujo teor está ligado a uma educação neotecnicista, onde a característica fundamental é uma educação para a formação de habilidades e competências de conteúdos, deixando as questões da diversidade fora das formações.

3. É Urgente Falar de Gênero nos Currículos de Formação de Professores/as da Educação Infantil

As universidades como lócus de formação se configuram em espaços privilegiados para a construção do conhecimento, no qual o tripé ensino, pesquisa e extensão são basilares na formação de homens e mulheres para atuarem não apenas no mercado de trabalho, mas sobre o mundo do trabalho na qual as desigualdades de ordem social, econômica, cultural, classe, sexual atravessam as relações.

O Curso de Pedagogia das Universidades pesquisadas tem trajetórias muito diferenciadas. O Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará foi fundado em 1954, mais de 60 anos de história e de contribuição na formação dos/as professores/as do Estado do Pará. Durante esses, foi se adequando as legislações e normativas em suas matrizes curriculares e hoje o Curso orienta a formação segundo a Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006 — Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, aprovado o Projeto Pedagógico do Curso em 2010. Desde o ano de 2017 o Núcleo Docente Estruturante (NDE) vem discutindo a nova configuração do curso, tentando se adequar à Resolução de 2019.

O curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará foi criado em 1984 (Resolução n.º 02 de janeiro) e autorizado a funcionar no Conselho Federal em 1987, pela Fundação Educacional do Pará — FEP. Atualmente o Projeto Pedagógico do Curso, encontra-se todo reformulado em consonância com as Diretrizes de 2015, aprovado em 2022. A Organização Curricular do Curso é atualmente composta de *Núcleo de Estudos Básicos*; *Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos*; *Núcleo de estudos integradores*; *Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* e *Núcleo integrador*. Na matriz curricular da UEPA, foi inserida a disciplina *Educação; Gênero, Sexualidade*, já representando um avanço com a inserção desta disciplina na formação do Pedagogo da instituição.

Os Projetos de Curso de ambas as instituições até 2021 estavam em consonância com a Resolução 02 de 2006, que trata da formação do Pedagogo para atuação na educação infantil, ensino fundamental, na gestão e coordenação das instituições escolas. Em cada projeto analisado, as disciplinas estão organizadas nas áreas de conhecimento contemplando uma formação geral, enfatizando a interdisciplinaridade como forma de trabalhar a formação de Pedagogia.

A estrutura da Matriz Curricular na Faculdade de Educação da UFPA está organizada em Eixos e Núcleos: Os Núcleos são o Básico e o de Aprofundamentos (PPC 2010). A estrutura curricular do Curso de Pedagogia do Estado do Pará está organizada em Núcleos conforme

a resolução n.º 001CNE/CP: Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo Integrador. Os Eixos são: Escola e Conhecimento, Mundo do Trabalho, Educação Inclusiva, Escola, Cultura e Democracia, Linguagens e Tecnologias, Infância e Adolescência, Políticas de Direito à Educação, Espaço, Paisagem e Território na Amazônia.

QUADRO 01- Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará e respectivas cargas horárias

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	EMENTAS
Disciplinas e Eixo	
Educação Infantil: Concepções e Práticas - 68h Eixo 2 - Mundo do trabalho, trabalho docente e processos educativos na contemporaneidade	Infância e Educação Infantil: concepções e história. Especificidade da Educação Infantil: a indissociabilidade entre cuidar e educar. Identidade Profissional: formação, atuação e trabalho docente. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resoluções. A observação e a escuta das crianças de zero a cinco anos. As relações: criança X criança, criança X adulto, Instituição família. O currículo na Educação Infantil: as linguagens infantis. Organização do Trabalho pedagógico: planejamento na EI; Organização da rotina e do ambiente e a avaliação na Educação Infantil.
Infância, Cultura e Educação Infantil - 51h Eixo 6 - Condições culturais contemporâneas da produção da infância e da adolescência	Infância como objeto de estudo transdisciplinar. A construção social do conceito de infância. História da infância no Brasil. A criança e sua condição de sujeito histórico, político e cultural. A diversidade de infâncias na Amazônia. A infância na contemporaneidade: produtos culturais, mídia, trabalho e violência.
Estágio Supervisionado em Educação Infantil I - 68h Eixo 5 - linguagens e tecnologias: desafios da aprendizagem no século XXI	Inserção no cotidiano de instituições de Educação Infantil. Investigação colaborativa dos fazeres (práticas educativas/pedagógicas) no cotidiano das instituições de Educação Infantil; Elaboração de projeto de intervenção.
Estágio Supervisionado em Educação Infantil II - 68h Eixo 6 - Condições culturais contemporâneas da produção da infância e da adolescência	Execução de projeto de intervenção em instituições de Educação Infantil. Elaboração de trabalho acadêmico para fins de socialização da reflexão/problematização da experiência de estágio em instituições de Educação Infantil.

Fonte: a Autora (2023), a partir da Matriz Curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, segundo Projeto Pedagógico do mesmo curso (2010).

Quadro 02- Disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará e respectivas cargas horárias

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ	EMENTAS
Educação Infantil no Contexto Brasileiro – 100h Núcleo de Estudos Básicos	Aspectos sócio-históricos, político e legal na educação infantil. Tendência e concepção de infância e educação. As funções da educação infantil. Teoria, currículo e concepção teórico-metodológica e a formação de professor (a). Aspectos do desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. O trabalho pedagógico: inclusão social, interdisciplinaridade, organização do tempo e espaço, planejamento e avaliação e a ludicidade.
Estágio Supervisionado na Educação Infantil – 200h Núcleo Integrador	Práticas reflexivas sobre a organização da educação infantil. Estabelecimento de relações teórico-prático em ambientes infantis através de projetos didáticos. Inserção em atividades de observação e regência de classe envolvendo as áreas de conhecimento referente ao currículo do ensino infantil.

Fonte: Reis (2022).

Como observado, o Curso de Pedagogia ofertado pela Faculdade de Educação no Instituto de Ciências da Educação (FAED-ICED) oferta, na Matriz curricular, 5 disciplinas: Educação Infantil: Concepções e Práticas - 68h (2º Eixo) Infância, Cultura e Educação Infantil - 51h (6º Eixo); Literatura Infantil – 68h (6º Eixo); Estágio Supervisionado em Educação Infantil I - 68h (5º Eixo) e Estágio Supervisionado em Educação Infantil II - 68h (6º Eixo). Já a Faculdade de Educação da UEPA, por sua vez, traz as disciplinas: Educação Infantil no Contexto Brasileiro – 100h (Núcleo de Estudos Básicos) e Estágio supervisionado na Educação Infantil – 200h (Núcleo Integrador).

Sobre as Matrizes Curriculares que compõe o Curso de Pedagogia da UFPA, são ofertadas 46 disciplinas em 4 anos do curso. A organização por eixos de trabalho cria a perspectiva da organização do trabalho coletivo entre professores ao mesmo tempo, possibilitando em que o programa das disciplinas possa ser organizado interdisciplinarmente. As disciplinas têm carga horária de 68 e 51 horas⁴. A carga horária das disciplinas está organizada para 90% de sala de aula e 10% extensão.

A composição curricular do PPC de Pedagogia da UFPA é atravessada pelos Eixos de conhecimentos de maneira interdisciplinar. Foi possível identificar nas áreas de conhecimentos específicos a questão do gênero, o 6º Eixo enfatiza que a “educação é problematizada no âmbito da aprendizagem, da diversidade e da inclusão, portanto da justiça social, cognitiva, biológica, cultural, étnica e de gênero” (UFPA, 2010, p. 76). Entretanto, na composição das disciplinas nesse Eixo, se percebeu a ausência do tema gênero na composição das ementas em todo o documento e, mesmo que tenha uma discussão da diversidade, ela se encontra de maneira generalista.

As disciplinas que dão conta da formação de habilidades e competências para atuação na Educação Infantil são: Educação Infantil: Concepções e Práticas; Estágio Supervisionado I e II;

⁴ As disciplinas; Estatística Aplicada a Educação; Currículo e Ensino, Iniciação ao Trabalho Acadêmico, Literatura Infantil e Infância, Cultura e Educação



e Infância, Cultura e Educação. Na análise das ementas das disciplinas, revelou a composição de conhecimento sobre a criança e infância. Esses conhecimentos são relevantes na ampliação de uma visão que possibilite a identificação dos sujeitos do cenário educativo das instituições infantis. As identidades infantis, a diversidade de infâncias existentes e o reconhecimento delas são necessários para a prática pedagógica docente orientada para uma práxis emancipadora (FREIRE, 1987). No entanto, foi possível verificar a ausência de uma abordagem gênero, o que distância mais uma vez este debate da formação. É possível que no decorrer das disciplinas, até pela autonomia do fazer docente, haja uma abordagem sobre esse tema, mas para isso seria necessário um trabalho de pesquisa específico, o que não foi possível para esta proposta de artigo.

Considero um importante avanço a incorporação da disciplina eletiva Educação popular Feminista na Amazônia, com carga horária de 68h na Matriz curricular da Pedagogia na UFPA. Sobre a ementa:

A dimensão teórico-metodológica da educação popular em ambientes educacionais outros; a leitura crítica da educação por meio da categoria gênero na perspectiva feminista; enfrentamento das violências historicamente construídas pelo sistema capitalista patriarcal no contexto brasileiro; características da Educação popular feminista; os debates das pedagogias decoloniais feministas, metodologias de educação feministas, pedagogia comunitária. Educação e os debates da igualdade de gênero. Educação para o enfrentamento das violências contra as mulheres. (UFPA 2021)

Essa disciplina eletiva contribui para o debate sobre o gênero na educação e isso é relevante na formação dos professores/as, sendo necessária que ela seja incorporada no rol das disciplinas obrigatórias, para que os debates sobre o gênero se façam permanente no curso e contribua com a formação de todos/as e não somente daqueles que sentem interesse no tema. A organização da ementa mostra a amplitude de conhecimentos sobre o Feminismo e educação e o mais interessante é a abordagem no âmbito da Amazônia, contribuindo com os saberes e as lutas das mulheres amazônicas no enfrentamento de todas as formas de violência e colonialismos.

Na Universidade Estadual do Pará/UEPA, no PPC do curso de Pedagogia, as disciplinas que trabalhavam a formação eram: Educação Infantil no Contexto Brasileiro — 100h; e Núcleo de Estudos Básicos e Estágio Supervisionado na Educação Infantil — 200h Núcleo Integrador. Nas disciplinas elencadas, as ementas orientam para as discussões sobre a concepção de infância e o trabalho pedagógico na Educação Infantil, nelas não existe indicação que orientam para a questão da diversidade e gênero.

No rol das disciplinas eletivas, que são ofertadas de acordo com as demandas e oferecidas pelos departamentos são previstas as disciplinas *Educação Sexual, Tópicos de Saúde e Sexualidade Humana*. As disciplinas eletivas não são obrigatórias, são ofertadas de acordo com as demandas de professores/as e alunos/as no decorrer do curso; mas, diferentemente do PPC de Pedagogia da UFPA, no PPC do curso homólogo da UEPA, há a preocupação em realizar a discussão sobre sexualidade, que pode surgir a abordagem sobre gênero, mas a ementa não se encontra disponível no Projeto do Curso. É necessária a compreensão dos objetivos e finalidade das práticas pedagógicas nos cursos de formação de professores/as; neste sentido, corroboramos com Pimenta (1997), quando afirma que:

Dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva, nos alunos, conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem, permanentemente, irem construindo seus saberes fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 1997, p. 6)

Destaco, assim, a importância, na formação de professores/as da Educação Infantil, os conhecimentos sobre as questões de gênero, pois é nesta fase de desenvolvimento se apresenta para as crianças aquilo que social e culturalmente se designa de “homens” e “mulheres”. Desmistificar que as diferenças sexuais não são determinadas biologicamente, mas são construções sociais (SCOTT, 1995) feitas a partir de como a sociedade se encontra organizada, sexista, patriarcal, cuja premissa da subordinação das mulheres demarcam as desigualdades de gênero em todos os setores da sociedade. Então, é preciso questionar as relações de poder enviesadas na educação de meninos e meninas, quebrando o ciclo de desigualdade e de poder que permeiam as redes de relação na sociedade.

Os discursos de ódio propagado por grupos conservadores contra uma educação pautada no debate sobre gênero nas escolas indicam a crença de uma educação para a manutenção do status quo de uma educação tradicional e opressora que não reconhece o papel de homens e mulheres na construção de uma sociedade emancipada. Implica em difundir um discurso heteronormativo, no qual os papéis de homens e mulheres são biologicamente determinados e o contrário determinaria na própria extinção da humanidade, uma vez que a reprodução é dada como condição feminina.

Ao analisar as Matrizes Curriculares dos cursos de Pedagogia nas Universidades, construídas em um momento político histórico e social, quando a formação para professores/as estava sob a égide da Resolução 02/2006, com avanços nas discussões da diversidade e gênero, o tema não foi posto como disciplina obrigatória nos cursos de Pedagogia, o que representa um retrocesso.

Os estudos sobre a ideologia de Miskolci e Campana (2017) indicam que, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tiveram início as discussões envolvendo o debate sobre as relações étnico-raciais e a igualdade de gênero e o combate à homofobia nos currículos de formação. A Resolução 05/09 das Diretrizes para a Formação de Professores nas Licenciaturas 02/2006 fixa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil foram exemplos dos avanços, mas que não foram incorporadas nas matrizes curriculares dos Cursos de Pedagogia aqui pesquisadas. Esse fato, de certa forma, vai de encontro com as críticas que se fazem a escolas e às Universidades, como instituições que corroboram com as ideologias de gênero. Se as academias propiciam os debates sobre as questões de gênero, se deve aos grupos de pesquisa, extensão ou nas disciplinas eletivas que compõe o quadro as disciplinas que são opcionais, longe de fixarem nos currículos de maneira a fazer parte da formação inicial do Pedagogo, essa situação diz muito de uma posição dos conhecimentos na arena discursiva e de poder. Sobre o currículo, é interessante a reflexão proposta por Louro (2014):

O currículo “fala” de alguns sujeitos e ignora outros; conta histórias e saberes que, embora parciais, se pretendem universais; as ciências, as artes e as teorias trazem a voz daqueles que se auto atribuíram a capacidade de eleger as perguntas e construir as respostas que, supostamente, são de interesse de toda a sociedade. (LOURO, 2014, p. 68)

Pensar sobre a formação dos professores/as atuantes na docência na educação infantil impele o repensar quais saberes são necessários, que possibilite a problematização da estrutura social na sociedade, que emancipe homens e mulheres, não os subordinando ao pensamento binário que o coloca em posição opostas nas relações. É necessário, desde a educação infantil, o rompimento com o pensamento colonial, hegemônico e cartesiano, em que as identidades, as subjetividades sejam reconhecidas fora do modelo padrão tradicional de pensar o feminino e o masculino.

É urgente desnaturalizar o sentido atribuído ao currículo na formação do Pedagogo. Ele não é neutro, e o posicionamento que escolhe tomar assume, em determinados contextos, a dominância a favor ou contra a emancipação dos sujeitos. Mais que modelos prescritos, os currículos hoje assumem posição de poder em todos os níveis de ensino. Vale destacar que, no movimento de aprovação da Base Nacional Comum Curricular, as forças conservadoras aprovaram a Base, retirando o gênero de todo o documento, e isso foi uma demonstração de que a estrutura social que se quer manter é opressora. O pensamento colonizador subalternizou corpos e mentes e o fez através de normas e disciplinas. Decolonizar a educação das crianças é um desafio que procura enfrentar a universalização e a normatização dos corpos e das infâncias de crianças através de uma educação que seja emancipadora (FREIRE, 1987).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi o de identificar como as questões de gênero são debatidas nas disciplinas formativas da educação infantil, tendo como objetivos secundários: 1) analisar as concepções de gênero e infância estão presentes no currículo e/ou eixos formativos da Educação infantil e 2) compreender as contribuições do curso de Pedagogia para o debate de gênero nas Matrizes Curriculares do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Estadual do Pará (UEPA), até o ano de 2021.

Então, chego à conclusão de que, mesmo tendo o avanço na legislação via Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a Resolução 02 de julho de 2015, os retrocessos vieram com a BNCC de 2017 e a Resolução de 2019.

Os Projetos dos Cursos analisados, que estão segundo a Resolução de 2006, não incorporam nas suas Matrizes Curriculares via disciplinas obrigatórias as questões sobre gênero na formação dos professores/as para atuarem na educação infantil, trazem um amplo debate sobre a Infância, a criança, mas não avançaram no sentido de explicitarem nos Projetos a questão de gênero. No entanto, o tema em questão aparece nas disciplinas eletivas, o que é um avanço, mas é necessária a inclusão dessas disciplinas no rol das obrigatórias.

A invisibilidade de temas como gênero nos currículos de formação de professores/as tende a dificultar as práticas educativas e mudanças nos currículos escolares, na medida que, nas escolas, de maneira geral, e nas instituições de educação infantil, de modo específico, persistirão práticas voltadas para o sexismo, patriarcalismo, dentre outras, determinando as relações entre homens e mulheres.

A educação infantil como primeira etapa da Educação Básica se constitui espaço privilegiado de uma educação que se quer transformadora; mas, para que isso ocorra, é necessário

que ela seja valorizada como tal, seja vista como de relevância para a educação de meninos e meninas, rompendo como os paradigmas de uma educação reprodutora, machista e sexista. É na primeira infância que ocorre a socialização, o reconhecimento do eu e do outro, dos espaços e das diferentes vivências e saberes. Neste sentido, a educação na primeira infância tem um papel relevante para o processo de desenvolvimento das potencialidades das crianças, cognitivas, afetivas e sociais, que podem mudar os horizontes firmados pelo sistema de opressão arraigados culturalmente na sociedade.

É nas escolas infantis que a criança tem seu primeiro contato com a diversidade de maneira mais ampla, onde os grupos de pertencimentos estão postos para além do espaço familiar, comunitário. Esse contato, mediado pelos professores e professoras e a forma como essa mediação é conduzida, irá marcar a trajetória de vidas das crianças.

É necessário que as instituições infantis estejam abertas a uma educação interseccional, uma vez que os demarcadores sociais, como raça, gênero, classe estão presentes no cotidiano e nos grupos que compõe o coletivo escolar. Já não cabe pensar em uma educação homogeneizadora, racista, sexista, patriarcal, pautada na exclusão de grupos socialmente excluídos, mas avançar no sentido de garantir a todos uma educação inclusiva e que seja representativa para todos/as.

Neste cenário, é necessário dar visibilidade ao estudo de gênero na educação infantil desde a formação inicial de professores/as no curso de Pedagogia. As Universidades têm papel preponderante na formação de profissionais que atuarão na educação de crianças e, desse modo, contribuir para que os futuros/as professores/as possam trabalhar pedagogicamente a questão de gênero, possibilitando o desenvolvimento das identidades, cujo sentimento de pertencimento, autoestima, possa propiciar às futuras gerações vivências coletivas e humanizadas com respeito à diversidade de gênero.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdos*. Lisboa. Edições 70. 1986.
- BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola? *Revista Periódicus*, 1(9), 105–121. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/peri.v1i9.25681>> Acesso em: 18 fev. 2023
- BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. Desafios e tensões da proteção plural de indígenas/crianças. *Tellus*, Campo Grande, ano 11, n. 20, 2011: 151-172. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/225/265>> . Acesso em: 20 out. 2022.
- BRASIL. *Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em 10 de set. de 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf>> Acesso em 10 de setm. de 2022.
- BRASIL. *Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acessado em 10 de set. de 2022.
- BRASIL. *Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006* - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rcp0106.pdf> Acesso em: 29 out. 2022
- BRASIL. *Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009* - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil Disponível: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf> Acesso em: 29 out. 2022 20
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular 2017*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acessado em: 29 out. 2022.
- CASTRO, Roney Polato de. Formação docente para as relações de gênero e sexualidades: problematizando a heteronormatividade no Ensino Superior. *Periódicus*, número 2, nov.2014 - abril 2015, Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12881> - Acesso em: 13 nov. 2018
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo. Paz e Terra. 1997.
- KUHLMANN Jr, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- LOURO. Guaciara Lopes. *Gênero. Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis. Rios de Janeiro. 16 ed. Ed. Vozes, 2014.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/?format=pdf>>. Acesso 20 de Out. 2022.
- MORETTI, Nara Martins; SILVA, Nélia Aparecida da. Brincar na educação infantil: transgressões e rebeldias. In: VÁRIOS AUTORES/ GEPEDISC-CULTURAS INFANTIS (orgs). *Culturas Não sou tio, nem pai, sou Professor...* 291 *Infantis em creches e pré-escolas: estágio e pesquisa*. Campinas-SP: Autores Associados, 2011, p. 35-57.

NARVAZ, Martha Giudice. KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas E Estudos De Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica E Política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzv-fYM/?format=pdf>> acesso em: 30 de agosto de 2022.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Sobre a organização curricular da Educação Infantil: conversas com professoras a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais. *Revista Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 19, n. 35, p. 46-68, jan./jun 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/1980-4512.2017v-19n35p46>> acesso em: 20 de fev. 2023.

PRETTO, Zuleica; LAGO, Mara C. de S. Reflexões Sobre a Infância e Gênero a Partir de Publicações de Revistas Feministas Brasileiras. *Revista Ártemis*. Vol XV nº 1, Jan-Jul, 2013. Pp. 56-71. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/16638/9495>> Acesso em: 09 out. 2021.

SANTOS, Sandro Vinicius dos Santos. Interfaces de gênero, infância e Educação Infantil na Pós-graduação em Educação brasileira (1996 a 2015). *Perspectiva*, v. 38, n. 1, p. 01-22, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2020.e61812>> Acesso em: 20 dez. 2020.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, n.20, v.2, p. 71-100, jul/dez, 1995.

SILVA, Peterson Rigato da. *Não Sou Tio, Nem Pai, Sou Professor! A Docência Masculina Na Educação Infantil*. 1. ed. Contagem, MG/Brasil: Editora Escola Cidadã, 2021. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1gPcw0eumbN51NFT9yipZLVJzPOXzl0Is/view>> acesso em 25 mar. 2023

SILVA, Diana Melo. Gênero e Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular. In: Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". *Anais Educon 2020*, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 5, p. 1-17, set. 2020. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13781/4/3>>

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/KMSmJ-fk43rKWcRNHWHfWsfC/?format=pdf&lang=pt>> acesso em: 24 fev. 2023

Universidade Estadual do Pará Matriz Curricular do Curso de Pedagogia. Projeto Pedagógico do Curso.2007. Impresso

Universidade Federal do Pará. Matriz Curricular do Curso de Pedagogia. Projeto Pedagógico do Curso.2010. Impresso.